

ALMEIDA, MAGALHÃES DE

*militar; dep. fed. MA 1921-1925; sen. MA 1925-1926; pres. MA 1926-1930; sen. MA 1930; const. 1934; dep. fed. MA 1935-1937.

José Maria Magalhães de Almeida nasceu em Codó (MA) no dia 28 de julho de 1883, filho de Henrique Guilhon de Almeida e de Zulina Magalhães de Almeida.

Fez os primeiros estudos nos colégios Coqueiro e Machado e depois no Liceu Maranhense, em São Luís, ingressando na Escola Naval, no Rio de Janeiro, em 1899. Foi promovido a guarda-marinha ao concluir o curso, em 1903, e a segundo-tenente no ano seguinte. Permaneceu por mais de cinco anos na Europa, acompanhando a construção de navios para a Armada brasileira, e participou também de missões ao Chile, à Argentina e ao Uruguai. Em 1910 foi promovido a primeiro-tenente. Durante a Primeira Guerra Mundial, serviu sob as ordens do comandante-em-chefe da Esquadra norte-americana. Em setembro de 1917 foi promovido a capitão-tenente e, no ano seguinte, atuou como adido naval junto à legação brasileira na Itália.

Em 1921 elegeu-se deputado federal pelo Maranhão na legenda do Partido Republicano de seu estado. Dois anos depois representou o governo maranhense no ato de assinatura do contrato de operação de crédito efetuado nos Estados Unidos pelo presidente estadual Godofredo Mendes Viana com a Ulen & Co. Reeleito deputado federal em 1924, deixou a Câmara no ano seguinte para ocupar uma cadeira no Senado. Acusado pelo deputado federal Marcelino Machado de envolvimento com um contrato considerado irregular, respondeu às acusações no Senado Federal defendendo o contrato como importante instrumento destinado a melhorar os serviços de São Luís.

Ainda em 1925 foi eleito presidente do Maranhão, na sucessão de Mendes Viana. Licenciando-se do Senado, assumiu o governo maranhense em 1º de março de 1926. Nesse mesmo ano, o governo do Maranhão contraiu novo empréstimo junto à Ulen & Co., visando a ampliar os serviços de água, esgoto, luz e transportes da capital, e encarregou a companhia norte-americana da administração desses serviços em nome do estado. Em 1928, outro empréstimo foi contraído nos Estados Unidos junto à mesma empresa, a fim de saldar as dívidas da operação financeira realizada em 1923.

Durante o quadriênio, o sistema de ensino revelou considerável progresso em todo o estado, principalmente no setor primário, que recebeu atenção prioritária. Foram criadas 101 novas escolas e tomadas diversas medidas visando a facilitar a expansão da rede de ensino. A principal foi a reforma da instrução pública primária realizada em 1927. Também nesse ano foi publicada a Lei de Organização Judiciária, que concedeu maior autonomia ao Poder Judiciário e outorgou garantias aos magistrados. Pela mesma lei, o Superior Tribunal de Justiça do estado passou a nomear seu secretário e a conceder licença a seu presidente, o que antes era atribuição exclusiva do Poder Executivo. Finalmente, foram abertas novas estradas, foi melhorado o serviço de saneamento rural, e foram restaurados diversos prédios de importância histórica em São Luís.

Em 1º de março de 1930, ao encerrar seu mandato e transferir a presidência do Maranhão a José Pires Sexto, reassumiu sua cadeira no Senado. Encontrando-se no Rio de Janeiro quando da eclosão da Revolução de outubro de 1930, ofereceu-se ao presidente

Washington Luís para retornar à capital maranhense, então em poder dos revoltosos, e retomá-la. Embarcando na Bahia a bordo do vapor *Pará*, armado com canhões, dirigiu-se a São Luís com o propósito de bombardear a cidade, para, em seguida, tomá-la de assalto. Ao ser informada de seus planos, a junta governativa que assumira o governo do estado telegrafou ao *Pará* advertindo que vários políticos amigos de Magalhães de Almeida, além de membros de sua família, se encontravam na capital. O ex-presidente do estado desistiu então do ataque e seguiu rumo a Belém, onde foi preso e removido para o Maranhão no dia 2 de novembro.

De volta à ativa na Marinha, Magalhães de Almeida – que desde novembro de 1928 fora promovido a capitão de corveta – tornou-se comandante do contratorpedeiro *Paraná* em 1932. No ano seguinte foi promovido a capitão de fragata.

Ainda em 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Republicana Maranhense. Depois de participar dos trabalhos de elaboração da nova Constituição passou a exercer o mandato ordinário, e em outubro de 1934 foi reeleito deputado federal na mesma legenda, iniciando o novo mandato em maio de 1935. Em 1937, já ligado ao Partido Social Democrático (PSD) do Maranhão, foi delegado do partido à convenção que lançou a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República, oficiosamente apoiada pelo governo. Em agosto do mesmo ano, passou para a reserva da Marinha. Permaneceu na Câmara até 10 de novembro, quando, com a implantação do Estado Novo, foram abolidos todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 4 de outubro de 1945.

Era casado com Virgínia Araújo Magalhães de Almeida.

FONTES:

ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. *Anais* (1934); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. DEP. *Relação dos deputados*; Câm. Dep. *seus componentes*; *Diário de Notícias* (26/5/37); FERNANDES, H. *Administrações*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração brasileira* (11/22); *Jornal* (23/3/33, 5 e 6/10/45); *Jornal do Brasil* (5 e 6/10/45); *Jornal do Comércio* (5/10/45); SERV. DOC. GER. MARINHA; *Tarde* (25/2/23).